

Imigração e crescimento económico em Portugal

Dissertação de Mestrado

Daniela Farias Oliveira

Mestrado em

Ciências Económicas e Empresariais



Imigração e crescimento económico em Portugal

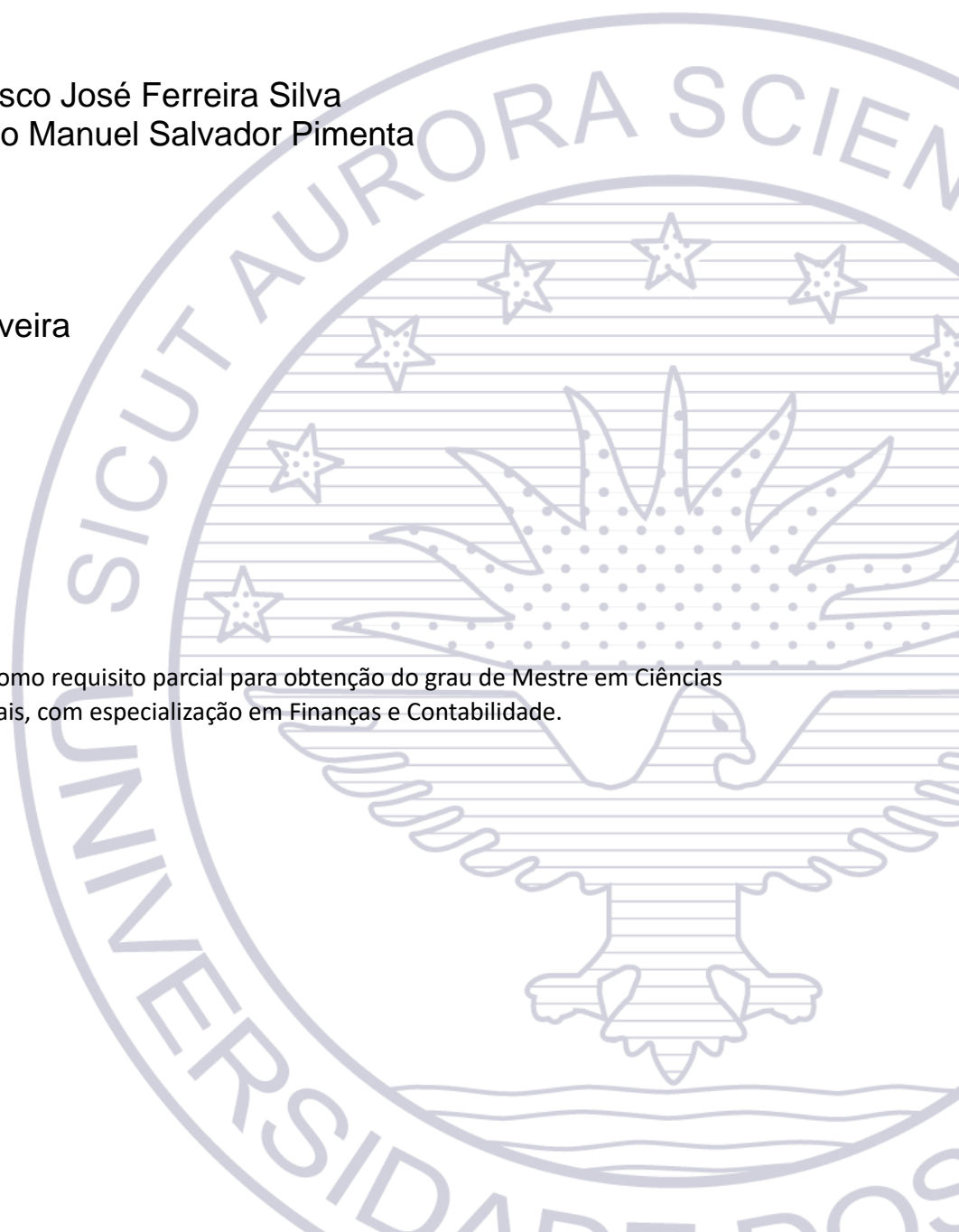
Dissertação de Mestrado

Orientadores

Prof. Doutor Francisco José Ferreira Silva
Prof. Doutor António Manuel Salvador Pimenta

Daniela Farias Oliveira

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Económicas e Empresariais, com especialização em Finanças e Contabilidade.



RESUMO

A imigração é um fenómeno social complexo que tem acompanhado a história da humanidade, moldando sociedades, economias e culturas ao longo do tempo. Em Portugal, a imigração assume particular relevância, especialmente nas últimas décadas, quando o país se transformou em um destino atrativo para diversos grupos migratórios. Este fenómeno é fruto de diversos fatores que incluem a busca por melhores oportunidades de vida, segurança, educação, entre outros.

Assim, esta dissertação tem como principal objetivo analisar a contribuição da imigração no crescimento económico em Portugal, explorando também as alterações produzidas nos fluxos migratórios, aquando da crise financeira de 2008-2012 bem como da recente pandemia Covid-19. São abordados ainda aspetos como o envelhecimento demográfico, a sustentabilidade da Segurança Social e os impactos da imigração no mercado de trabalho.

Deste modo, conclui-se que existe uma forte inércia nas três variáveis (imigração, PIB e desemprego), com os valores passados influenciando fortemente os valores presentes; a imigração tem um efeito positivo tanto no crescimento económico (aumento do PIB) quanto na redução do desemprego e o PIB passado não afeta diretamente a imigração, sugerindo que outros fatores, como políticas e condições internacionais, desempenham um papel mais importante na migração. Assim, destaca-se a importância da imigração na economia e no mercado de trabalho, sugerindo que os imigrantes trazem benefícios económicos e não são responsáveis por aumentar o desemprego, como muitas vezes se argumenta.

Palavras-chave: ciclo-económico, covid-19, demografia, imigração, migração.

ABSTRACT

Immigration is a complex social phenomenon that has accompanied humanity's history, shaping societies, economies, and cultures over time. In Portugal, immigration has taken on particular relevance, especially in recent decades, as the country has become an attractive destination for various migratory groups. This phenomenon is the result of several factors, including the search for better life opportunities, safety, and education, among others.

Thus, this dissertation aims to analyse the contribution of immigration to economic growth in Portugal, also exploring the changes in migratory flows during the financial crisis of 2008-2012, and the recent Covid-19 pandemic. It also addresses aspects such as demographic aging, the sustainability of Social Security, and the impacts of immigration on the labour market.

Therefore, it is concluded that there is strong inertia in the three variables (immigration, GDP, and unemployment), with past values strongly influencing present values; immigration has a positive effect on economic growth (increase in GDP) and reducing unemployment. Moreover, past GDP does not directly affect immigration, suggesting that other factors, such as policies and international conditions, play a more important role in migration. Thus, the importance of immigration in the economy and labour market is highlighted, suggesting that immigrants bring economic benefits and are not responsible for increasing unemployment, as is often argued.

Keywords: economic cycle, covid-19, demography, immigration, migration.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho representa a culminação de uma jornada académica repleta de desafios e aprendizados, e não teria sido possível sem o apoio e a colaboração de diversas pessoas.

Primeiramente, o meu muito obrigada aos meus orientadores, Prof. Doutor Francisco José Ferreira Silva e Prof. Doutor António Manuel Salvador Pimenta por terem aceitado orientar-me neste projeto e sobretudo pela sua paciência, orientação constante e valiosas contribuições ao longo deste processo pois foram essenciais para a realização deste trabalho.

À minha família, especialmente os meus pais, António e Sónia, à minha irmã Joana, avós maternos e paternos, aos meus tios e ao meu namorado João expresso a minha mais profunda gratidão pelo incentivo incondicional, paciência e compreensão em todos os momentos, pois foram o meu pilar de força durante todo o meu percurso académico.

Aos meus colegas de trabalho e amigas, agradeço pelo apoio e pela motivação que tornou este percurso mais leve e gratificante pois foram fundamentais para a minha motivação e crescimento.

Não menos importante, agradeço igualmente à Susana por todo o tempo e paciência que disponibilizou em ajudar e sobretudo a motivar quando estava mais desanimada pois sem ela não seria possível.

Agradeço ainda a todos os professores e profissionais da Universidade dos Açores, por todo o conhecimento transmitido e por contribuírem de maneira significativa para minha formação.

Por fim, a todos que, de alguma forma, fizeram parte desta jornada, o meu sincero muito obrigada.

ÍNDICE

RESUMO.....	i
ABSTRACT	ii
AGRADECIMENTOS	iii
LISTA DE TABELAS	v
LISTA DE FIGURAS.....	vi
LISTA DE ABREVIATURAS.....	vii
CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO II - FLUXOS MIGRATÓRIOS E DESEMPENHO MACROECONÓMICO.....	2
2.1. Evolução da Imigração - Breve resumo.....	2
2.2. Mercado de trabalho	3
2.2.1. A imigração e a segmentação do mercado de trabalho.....	5
2.3. Evolução da demografia em Portugal.....	6
2.3.1. O efeito da imigração no mercado de trabalho.....	7
2.3.2. Aspetos sociais e culturais da imigração	9
2.4. O mercado de trabalho e o sistema da segurança social.....	10
2.5. Literacia e qualificação dos imigrantes	11
CAPÍTULO III – CONTEXTUALIZAÇÃO	14
3.1. Produto Interno Bruto ao longo dos anos	14
3.2. População ativa por sexo.....	15
3.3. Taxa de desemprego em Portugal	17
CAPÍTULO IV – METODOLOGIA	19
4.1. Análise do Setor	19
4.2. Dados	19
4.3. Passos da Análise	20
4.3.1. Definição da Amostra:	20
4.3.2. Especificação do Modelo VAR:	20
4.4. Teste de Significância e Justificativa da Metodologia.....	20
4.5. Modelo Estatístico e Hipóteses	20
CAPÍTULO V – RESULTADOS	22
5.1. Análise dos resultados	22
5.2. Interpretação dos Resultados	23
CAPÍTULO VI – CONCLUSÃO	25
REFERÊNCIAS	27

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Resultados do teste VAR.....	23
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Evolução do PIB em Portugal 2008-2022.....	14
Figura 2. Evolução da população ativa imigrante por sexo e total em Portugal ...	16
Figura 3. Evolução da taxa de desemprego total em Portugal de 2008 - 2022	17

LISTA DE ABREVIATURAS

ACM	Alto Comissariado para as Migrações
CCG	Conselho de Cooperação do Golfo
GDP	Gross Domestic Product
PALOP	Países Africanos de Língua Portuguesa
PIB	Produto Interno Bruto
UE	União Europeia
SAT	Scholastic Aptitude Test
PEA	Políticas Europeias e Americanas
VAR	Regressão Vetorial Autorregressiva

CAPÍTULO I - INTRODUÇÃO

Portugal é, historicamente, conhecido como um país de emigração. Porém, a partir sobretudo da década de 1970, Portugal tornou-se também num país de imigração, destino de pessoas provenientes, principalmente, das ex-colónias e, mais recentemente, da Europa de Leste (Tolda, *et al.* 2007). Ao longo dos últimos anos a realidade em termos de migrações internacionais em Portugal sofreu inúmeras alterações e tem vindo a ser questionado se efetivamente continua a ser caracterizado por um país emigrante ou se, pelo contrário, face às alterações ocorridas nos anos mais recentes. As migrações internacionais vêm auxiliar a população na procura de opções, como vêm também, no caso do país recetor, satisfazer as necessidades de mão-de-obra em determinados sectores da economia, onde não pode ser compensada pelo mercado de trabalho interno.

O primeiro objetivo deste trabalho é refletir e sistematizar, de acordo com a literatura económica, os impactos económicos da imigração, dando ênfase, a possíveis influências destes fluxos, no crescimento económico e no mercado de trabalho.

Esta dissertação é constituída por cinco capítulos que, por sua vez encontram-se subdivididos. O Capítulo I é um capítulo introdutório.

O Capítulo II é composto por seis subpontos, com a revisão da literatura sobre diversos subtemas tais como a evolução da emigração ao longo dos anos em Portugal, mercado de trabalho, a evolução da demografia, o emprego/desemprego, o sistema da segurança social e por fim os aspetos ligados à literacia e qualificação.

O Capítulo III é composto por uma contextualização onde se analisa três tabelas com os dados relevantes para compreender melhor o impacto que a imigração tem no crescimento económico, tanto pelo lado positivo como negativo.

Já no Capítulo V, é abordada a metodologia onde comparamos três variáveis importantes para determinar qual tem mais impacto no crescimento económico em Portugal. Essas três variáveis são o PIB, o número de imigrantes e a taxa de desemprego e para tal utilizou-se o teste VAR.

Por fim, no Capítulo V, temos a conclusão onde apurou-se todos os resultados e verifica-se que as três variáveis estão todas correlacionadas entre si o que já seria de esperar.

CAPÍTULO II - FLUXOS MIGRATÓRIOS E DESEMPENHO MACROECONÓMICO

2.1. Evolução da Imigração - Breve resumo

Segundo o autor Borrego (2016), até à década de 1960, Portugal caracterizava-se por ser um país de emigração, isto é, registava um saldo migratório negativo, como consequência da saída de cidadãos para a Europa e para as colónias portuguesas. Situação que se alterou com a revolução de 25 de Abril de 1974 e a independência crescente das colónias, quando Portugal assistiu a um fluxo massivo de cidadãos dos territórios ultramarinos, tanto nascidos em Portugal continental, “os retornados”, como naturais dos territórios que hoje constituem a comunidade dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP). Essa alteração no padrão migratório trouxe consigo transformações significativas para a sociedade portuguesa, que se tornou social e etnicamente mais diversificada, trazendo à esfera pública, durante a década de 1990, o debate sobre a migração como preocupação política, social, jurídica e académica.

Após 1990 verifica-se um crescimento e estabilização da imigração, como consequência de fatores internacionais (filiação à Comunidade Económica Europeia, a queda do Muro de Berlim, o Acordo de Schengen e a situação favorável da economia portuguesa na altura, (Fonseca, 2008 citado por Borrego, 2016). Em Portugal, no ano de 1990 a população com nacionalidade estrangeira representava apenas 1,08% da população total e 1,86% em 1999. Entre 1990 e 2000, o número de imigrantes com nacionalidade estrangeira duplicou, voltando a duplicar nos 9 anos que se seguiram.

No início do século XXI, o crescimento acelera, no ano de 2000 o número de residentes com nacionalidade estrangeira sobe para 2,01% e 3,94% em 2005. O ano de 2001 ficou marcado pela implementação de um novo sistema de autorizações de permanência no país, incentivando a imigração de cidadãos da Europa de Leste e impulsionando o crescimento dos fluxos migratórios (Peixoto, 2007; Carvalho, 2009).

A partir de 2004, de uma forma geral, a imigração em Portugal aumentou gradualmente, registando uma diminuição entre os anos 2008-2012, aquando da crise financeira e económica que se fazia sentir no país, a crise da dívida soberana. Após esse período voltou a aumentar progressivamente havendo apenas uma estagnação na entrada de imigrantes no ano 2019-2020, aquando da crise pandémica COVID-19, levando a uma quebra dos vistos de residência devido às restrições impostas. Desde então tem sempre aumentado.

Segundo o Relatório Estatístico Anual sobre Indicadores de Integração de Migrantes 2021, publicado pelo Alto Comissariado para as Migrações (ACM), Portugal tem visto os perfis das entradas de estrangeiros alterarem-se. Até à primeira quinzena do século XXI, as principais razões de entrada ou de solicitação de entrada no país eram de natureza laboral. Porém, devido à situação económica vivida em Portugal e à diminuição de oportunidades de trabalho onde os imigrantes tendiam a inserir-se, os fluxos de entrada de imigrantes e estrangeiros começaram a associar-se ao reagrupamento familiar e ao estudo.

Assim a presente análise tem como principal objetivo analisar a contribuição da imigração no crescimento económico em Portugal, explorando as alterações produzidas nos fluxos migratórios durante a crise financeira de 2008-2012, bem como da recente pandemia Covid-19. Serão abordados ainda aspetos como o envelhecimento demográfico, a sustentabilidade da Segurança Social e os impactos da imigração no mercado de trabalho.

2.2. Mercado de trabalho

A imigração é um fenómeno global que tem implicações profundas para os mercados de trabalho dos países recetores. Ao migrar, os indivíduos buscam melhores oportunidades económicas e sociais, o que frequentemente resulta em uma redistribuição da força de trabalho e em mudanças na dinâmica económica. Este tema é particularmente relevante para Portugal, onde a imigração tem desempenhado um papel crucial na satisfação da procura por mão de obra em setores específicos. Além disso, a inserção de imigrantes no mercado de trabalho pode influenciar níveis de emprego, salários, produtividade e até mesmo políticas públicas. Explorar os efeitos da imigração no mercado de trabalho é essencial para compreender como as economias nacionais podem se adaptar e prosperar em um contexto de mobilidade global crescente.

Segundo a análise de Fusco (2005), a imigração pode ter um efeito positivo para os países que recebem migrantes, pois amplia a força de trabalho disponível, estimulando o crescimento do emprego, da produção e, por consequência, do PIB. Esse aumento da oferta de trabalhadores permite que a economia do país anfitrião se expanda e responda melhor às necessidades de diversos setores, promovendo o desenvolvimento económico.

Fusco alerta que, se a imigração for excessiva e não for adequadamente regulada, pode gerar problemas, nomeadamente o risco do aumento descontrolado da oferta de

mão-de-obra, o que pode levar ao desemprego entre os trabalhadores nativos e sobrecarregar os recursos do governo. Além disso, ao autor aborda a divisão que existe nos mercados de trabalho de muitos países desenvolvidos, onde o mercado primário oferece empregos bem remunerados e com boas condições de trabalho, enquanto o mercado secundário é caracterizado por baixos salários e condições menos favoráveis. Os residentes, geralmente, rejeitam os empregos do mercado secundário, abrindo espaço para que imigrantes menos qualificados ocupem essas posições, o que pode resultar na redução dos salários e na precarização do trabalho.

Por sua vez, Giovanni (2016), economista especializado em migração e economia do trabalho, argumenta que a imigração, quando bem gerida, tem um impacto positivo na economia dos países recetores. Isto porque os imigrantes trazem diversidade e inovação que pode levar a um aumento da produtividade e gerar mais empregos beneficiando assim a economia; complementar a mão de obra local uma vez que os imigrantes muitas vezes preenchem lacunas no mercado de trabalho assumindo empregos que os trabalhadores residentes não querem aumentando assim a eficiência da economia sem necessariamente aumentar o desemprego e contribuir para o financiamento dos recursos do governo uma vez que contribuem muitas vezes mais em impostos do que consomem em serviços públicos. Deste modo, Giovanni tem uma perspectiva contrária de Fusco ao ver a imigração como um meio de crescimento económico.

Assim, embora a imigração possa trazer vantagens económicas, Fusco destaca a importância de políticas eficazes para mitigar os efeitos negativos, como a sobrecarga dos sistemas de bem-estar e o impacto nas condições de trabalho e salários.

Por sua vez, e segundo Peixoto (2008), o estudo da relação entre imigração e mercado de trabalho é central em Portugal, pois a imigração no país é predominantemente motivada por razões económicas. Mesmo quando a imigração ocorre por motivos familiares, muitos imigrantes conseguem inserção no mercado de trabalho, incluindo as mulheres.

As taxas de atividade dos imigrantes em Portugal são elevadas, superando as dos portugueses, o que é notável dentro da União Europeia. Isso se deve a vários fatores como por exemplo: a procura de trabalho visto que a economia portuguesa tem procurado trabalhadores especialmente nos setores da construção civil, hotelaria, restauração e serviços domésticos, que muitas vezes oferecem empregos precários e informais mas que constituem oportunidades para os imigrantes; o acesso facilitado ao mercado de trabalho, dado que Portugal tem permitido a entrada e permanência de imigrantes mesmo sem

vistos adequados, possibilitando o trabalho irregular; e a complementaridade com trabalhadores portugueses, uma vez que muitos portugueses têm procurado empregos mais protegidos ou emigrado para trabalhar no exterior, especialmente em setores mais prestigiados. Como resultado, há uma lacuna no preenchimento de funções menos atraentes no mercado de trabalho doméstico. Segundo um relatório do Alto Comissariado para as Migrações (ACM), os imigrantes preenchem essas vagas em áreas como o trabalho agrícola e os serviços, que enfrentam dificuldades em atrair trabalhadores nacionais.

2.2.1. A imigração e a segmentação do mercado de trabalho

Segundo Peixoto (2008), o estudo da relação entre imigração e mercado de trabalho apresenta grande centralidade em Portugal uma vez que, confunde-se, muitas vezes, com o da própria imigração.

O conhecimento teórico disponível sobre a mesma é hoje relativamente vasto. O desenvolvimento mais conhecido, que se tornou clássico, é o da teoria do mercado de trabalho segmentado, desenvolvida por autores como Piore, *et al.* (1998), que postula que os mercados de trabalho são divididos em dois segmentos: o mercado primário, que oferece empregos estáveis, bons salários, proteção social e oportunidades de ascensão, e o mercado secundário, caracterizado por ocupações instáveis, com baixos salários e poucas perspectivas de mobilidade. Mudanças estruturais nas economias desde os anos 1970, incluindo a proliferação de empregos temporários e informais, intensificaram essa segmentação, especialmente em países do sul da Europa. Nesse contexto, muitos imigrantes, ao ingressarem no mercado de trabalho dos países de destino, são direcionados ao mercado secundário, ocupando empregos que os trabalhadores nativos evitam, devido às condições difíceis e ao baixo status social, fenómeno associado aos chamados “três Ds” (*dirty, dangerous, demanding*). Embora os imigrantes possam ver esses empregos como uma melhoria em relação às suas condições anteriores, eles frequentemente enfrentam falta de proteção social e escassas oportunidades de mobilidade. A globalização e a necessidade, de mão de obra flexível aumentaram a procura por imigrantes, tanto em setores precários, como construção civil e serviços domésticos, quanto em posições mais estáveis para trabalhadores altamente qualificados. A forma como os imigrantes são incorporados no mercado de trabalho varia conforme a sua qualificação e estatuto legal, com os mais qualificados sendo geralmente contratados

legalmente e com maiores oportunidades de mobilidade, enquanto os imigrantes no mercado secundário enfrentam insegurança e discriminação. Verifica-se ainda que a segmentação também se reflete dentro das próprias organizações. Isto é, os trabalhadores migrantes “organizacionais”, empregados por grandes empresas transnacionais, possuem trajetórias mais privilegiadas do que os migrantes “independentes”, que lidam diretamente com as condições adversas do mercado secundário nos países de destino (Peixoto, 2008).

2.3. Evolução da demografia em Portugal

Em 2004 foi promovido um estudo pioneiro que tornou o tema dos contributos dos imigrantes para a demografia objeto de debate nacional (Rosa *et al.*, 2004). Já então os autores concluíam que, mesmo que persistisse o saldo migratório positivo que se registava no final do século passado, a imigração teria, quanto muito, apenas um efeito atenuador sobre o envelhecimento populacional verificado em Portugal. Isto porque o Índice de Envelhecimento registado em Portugal tem vindo a agravar-se de forma constante. Em 2004 por cada 100 jovens residiam em Portugal 108 idosos, valor que aumentou para 141 em 2014. Os resultados provisórios dos censos publicados em dezembro de 2021 pelo Instituto Nacional de Estatística, mostram que o índice de envelhecimento agravou-se substancialmente desde o início do século. Existem atualmente 182 idosos por cada 100 jovens, contra 128 em 2011 e 102 em 2001. Dito isto, os dados revelam que quase um quarto da população portuguesa tem mais de 65 anos (23,4%), o que faz de Portugal o terceiro país mais envelhecido do mundo (Jornal online O Público). Segundo projeções do INE, estima-se que em 2060 este número venha a atingir valores ainda mais elevados, passando a residir em Portugal 307 idosos por cada 100 jovens. A preocupação com o envelhecimento demográfico está bastante presente no debate público, e tem vindo a crescer, isto porque acarreta desafios políticos, que se interligam com desigualdades socioeconómicas e geográficas, cuja análise e compreensão são de suma importância na elaboração de respostas adequadas e atempadas (Azevedo, 2022).

Portugal tem-se destacado como um dos países mais envelhecidos do mundo, pelo que o tema da relação entre envelhecimento e imigração assume-se como incontornável. Devem considerar-se três causas do envelhecimento demográfico de Portugal (Valente Rosa e Chitas, 2013): por um lado, a retração do número de filhos, com efeitos consequentes na perda de importância relativa dos primeiros grupos etários; por outro

lado, a diminuição da mortalidade ou o controlo da mortalidade precoce que conduziu ao aumento da esperança média de vida e ao aumento do número de indivíduos com idades mais avançadas. Finalmente uma terceira causa que se relaciona com os fluxos migratórios – a saída da população, especialmente dos grupos etários em idade fértil e ativa, não compensada pela entrada de imigrantes – que induz também a um aumento da população envelhecida no país e a uma diminuição dos nascimentos (Oliveira e Gomes, 2016).

Neste contexto, a imigração tem desempenhado um papel importante na atenuação deste processo visto que a população imigrante é predominantemente mais jovem, o que contrasta com a população portuguesa, onde há uma percentagem maior de idosos. Esse perfil mais jovem da população imigrante contribui para o aumento da força de trabalho e para o aumento da taxa de natalidade, ajudando, assim, a reduzir parcialmente os efeitos negativos do envelhecimento demográfico no país.

Por outro lado, e segundo Paulo Machado, (Jornal O Público) Portugal dificilmente triunfará na competição internacional pela captação de mão-de-obra estrangeira uma vez que “o fluxo imigratório em Portugal é bastante elevado, mas está muito longe dos valores médios da Europa Ocidental. Portanto, o efeito que a imigração tem nas estruturas demográficas também ocorre em Portugal, mas não com a mesma intensidade”.

Deste modo, em Portugal, o nexa entre imigração e demografia tem sido perspectivado, por um lado, em função da preocupação, institucional e pública, com o envelhecimento demográfico do país e os saldos natural e migratório negativos, e, por outro lado, em função dos contributos da população imigrante para a natalidade e população ativa do país.

2.3.1. O efeito da imigração no mercado de trabalho

Os imigrantes constituem parcelas cada vez maiores das populações dos países de acolhimento. Na Europa, o impacto económico da imigração continua a ser atual. Ao longo da última década, a percentagem de mão-de-obra estrangeira nos países da Europa Ocidental aumentou 3,4 pontos percentuais, de 12,8% em 2010 para 16,2% em 2019.

Edo e Ozgüzel (2023) mostram que a imigração tem um impacto adverso na taxa de emprego dos nativos nos primeiros anos após o choque de oferta. Mais precisamente, as estimativas de curto prazo implicam que um aumento de 1% no tamanho da força de

trabalho induzido pela imigração numa determinada região reduz a taxa de emprego em relação à população dos nativos nessa região em 0,8 pontos percentuais. Este resultado é consistente com as conclusões empíricas de Angrist e Kugler (2003) para a Europa, e torna-se insignificante para os trabalhadores com níveis de escolaridade elevados. A longo prazo, a imigração não afeta significativamente o emprego nativo, que regressa ao nível anterior ao choque após cerca de 5 anos. Dissecando estes impactos médios, os autores mostram que os nativos com elevado nível de escolaridade não são afetados no curto prazo e beneficiam da imigração no longo prazo, enquanto os nativos com baixo nível de escolaridade são afetados negativamente no curto prazo e não são afetados no longo prazo. Estas conclusões são consistentes com o facto de os imigrantes recém-chegados competirem principalmente no segmento de baixas qualificações dos mercados de trabalho de acolhimento. São também consistentes com a previsão teórica de que os impactos a longo prazo da imigração tenderão a ser mitigados ao longo do tempo através de ajustamentos, por exemplo, nos stocks de capital, nas combinações de produção e nas tecnologias de produção. Explorando a variação significativa entre países nas instituições do mercado de trabalho, Edo e Ozgüzel (2023) mostram ainda que os impactos da imigração no emprego são significativamente mais fracos em países com níveis mais elevados de proteção do emprego e poder de negociação coletiva, uma conclusão que ajuda a explicar a grande variabilidade de resultados em análises de um único país na literatura. Uma conclusão central na literatura recente sobre o impacto no mercado de trabalho tem sido a de que os imigrantes e os nativos não são substitutos perfeitos no processo de produção, mesmo que partilhem a mesma educação e experiência. Isto implica que estes dois grupos provavelmente responderão de maneiras diferentes às mudanças na procura agregada, na oferta de trabalho ou na tecnologia, e que os seus resultados no mercado de trabalho evoluem, portanto, de forma diferente ao longo do tempo. Chassamboulli, *et al.*, (2024) mostram que existem de facto diferenças notáveis nas taxas de transição no mercado de trabalho de imigrantes e nativos. Os principais resultados revelam uma heterogeneidade interessante entre os três países considerados.

Enquanto em Espanha e em França a taxa de procura condicional de emprego é mais baixa e a taxa de separação condicional do emprego é mais elevada para os imigrantes do que para os nativos, nos Estados Unidos as taxas de procura de emprego e de separação do emprego de ambos os grupos são semelhantes. Consistente com estas disparidades nas taxas de transição, as taxas de desemprego dos imigrantes e dos nativos são semelhantes nos Estados Unidos, enquanto em Espanha e França, os imigrantes têm

taxas de desemprego significativamente mais elevadas do que os nativos. Os autores mostram ainda que existem diferenças nas características observáveis, como a educação, a idade, o setor e a profissão. Uma análise mais aprofundada mostra que as disparidades entre imigrantes nativos nas taxas de transição em Espanha e França são mais pronunciadas entre os migrantes de países de origem africanos, enquanto os migrantes europeus e, no caso de Espanha, os migrantes da América Centro-Sul apresentam uma transição relativamente semelhante. taxas como nativos. (Glitz e Rapoport, 2024)

De acordo com os modelos económicos padrão, um aumento da oferta de trabalho induzido pela imigração pode afetar positiva ou negativamente o emprego local, dependendo das características de competências dos imigrantes, das condições económicas do país anfitrião e da dimensão e rapidez do choque de oferta. A forma como a imigração afeta os salários e o emprego dependem do grau de substituíbilidade entre imigrantes e os residentes com educação e experiência semelhantes (Borjas, 2003; Ottaviano e Peri, 2012). Se forem substitutos e competirem pelo mesmo tipo de empregos, então a imigração deverá reduzir o salário médio e o emprego dos locais no curto prazo. Estas previsões são consistentes com vários estudos empíricos que mostram que a imigração tende a deprimir os resultados do mercado de trabalho dos nativos.

2.3.2. Aspectos sociais e culturais da imigração

As decisões sobre políticas de imigração têm sido frequentemente baseadas em perceções e atitudes e não em evidências, especificamente em considerações de benefícios líquidos para o país anfitrião.

Os debates políticos são muitas vezes motivados por perceções sobre os impactos sociais e culturais que causam antagonismo público em relação aos imigrantes (Al-Ubaydli, 2015). Existem vários modelos de imigração e cada modelo tem os seus próprios méritos e desvantagens. Por exemplo, as políticas de imigração europeias e dos EUA permitem a reinstalação permanente para aqueles que já chegaram, mas isto é acompanhado de barreiras legais rigorosas para proibir a entrada de novos imigrantes que muitas vezes recorreram a métodos ilegais para alcançar as suas ambições, viajando em condições difíceis durante milhares de milhas em terra e no mar (Facchini & Testa, 2021). O certo é que os imigrantes têm impactos económicos, sociais e culturais nas comunidades receptoras. A imigração tem causado debates acalorados entre decisores políticos e investigadores. A atitude dos nativos em relação aos imigrantes tem variado dependendo

do modelo de imigração que os países adotaram historicamente (Hagelund & Kjeldsen, 2021). As políticas de imigração existentes podem ser classificadas em duas grandes categorias: políticas restritivas e políticas abertas ou inclusivas. As políticas restritivas são políticas que têm como objetivo controlar o número de imigrantes que entram num país e caracterizam-se por terem barreiras rigorosas à imigração enquanto as políticas abertas incentivam a entrada de imigrantes quer seja em atrair trabalhadores qualificados ou apenas para atender às necessidades demográficas e económicas do país.

Existem diversos autores que estudaram as políticas de imigração. Huntington (2004), é um autor frequentemente reconhecido pela sua posição favorável às políticas restritivas de imigração. Isto porque afirma que a imigração em larga escala, especialmente de países com culturas muito diferentes, pode ameaçar a coesão social e a identidade cultural de nações como os Estados Unidos e acredita que, sem uma integração adequada, a imigração poderia criar divisões sociais e culturais profundas dentro de um país. Todavia, o economista Legrain (2006), defende as políticas abertas pois argumenta que estas trazem grandes benefícios económicos para os países recetores incluindo o aumento da produtividade e inovação uma vez que os imigrantes, sobretudo os mais qualificados, preenchem lacunas no mercado de trabalho contribuindo assim para o mercado de trabalho. Além disto afirma ainda que a imigração promove a diversidade cultural.

2.4. O mercado de trabalho e o sistema da segurança social

A crise migratória na União Europeia apresenta novos desafios sociais e económicos para os decisores políticos, já que muitos dos locais, temem que os imigrantes desviem recursos públicos e afetem o emprego nativo. Segundo a Comissão Europeia (2015), há sentimentos negativos predominantes sobre a imigração, especialmente de países fora da UE. Contudo, análises recentes mostram que esses temores são muitas vezes baseados em perceções incorretas, pois os imigrantes têm se mostrado contribuintes líquidos para os sistemas de bem-estar social em países como Espanha e Reino Unido. Olhando para a contribuição fiscal dos imigrantes na Europa, análises recentes revelam que a perceção das populações nativas é o oposto do que os dados reais indicam: nos países que mostram uma atitude mais negativa em relação aos migrantes, esses migrantes são contribuintes líquidos para os sistemas de segurança social. Espanha e Reino Unido são dois exemplos (Esposito *et al.*, 2020). O mesmo verifica-se em Portugal, onde os dados mais recentes

mostram que em 2021 a contribuição dos imigrantes para o sistema da segurança social foi de 1200 milhões de euros, ultrapassando os 802,3 milhões de euros em 2020 o que corrobora a afirmação de Catarina Oliveira, autora do Relatório Estatístico Anual do Observatório das Migrações: “Os estrangeiros [em Portugal] assumem maior capacidade contributiva e são necessários para apoiar a sustentabilidade do sistema de Segurança Social. (Carvalho, 2022).

Esposito *et al.*, (2020) analisam os efeitos da imigração sobre o desemprego em 15 países da UE entre 1997 e 2016, considerando tanto o curto quanto o longo prazo, e segmentando os países entre "centrais" (principalmente do Norte da Europa) e "periféricos" (do Sul da Europa). Teorias económicas, baseadas no modelo de *Solow-Swan*, sugerem que a imigração pode ter efeitos positivos no emprego a longo prazo, especialmente em países com populações em envelhecimento, onde a imigração compensa a redução na oferta de mão de obra. Se nos países centrais, onde os mercados de trabalho são mais flexíveis, a imigração tende a complementar os trabalhadores nativos, especialmente devido ao maior número de trabalhadores qualificados, nos países periféricos, onde há baixo crescimento e elevado desemprego, o impacto a curto prazo pode ser um aumento temporário do desemprego, embora a imigração tenda a ser benéfica a longo prazo.

De forma geral, os autores demonstram analiticamente que a imigração reduz o desemprego a longo prazo, ajudando a mitigar os efeitos negativos do envelhecimento populacional e das lacunas de competências. No entanto, os resultados variam por país. Na França, Alemanha e Reino Unido, por exemplo, a imigração ajudou a reduzir o desemprego, enquanto em países como Grécia, Itália e Portugal, onde há baixa atividade económica e alta proteção do emprego, o impacto foi menor. No Reino Unido, o efeito positivo da imigração no desemprego foi notado até 2016, antes do Brexit. (Esposito *et al.*, 2020)

2.5. Literacia e qualificação dos imigrantes

Como já referido, Portugal experimentou mudanças profundas na dinâmica migratória desde o final do século XX. Inicialmente, o país era caracterizado por um saldo migratório negativo, com mais emigrantes do que imigrantes. Isso mudou nas décadas de 1970 e 1980, quando começou a atrair fluxos migratórios de países africanos de língua portuguesa (PALOP), devido às suas ligações históricas e culturais. Esses imigrantes, na

maioria, eram trabalhadores não qualificados que se inseriam em setores como a construção civil e serviços de limpeza (Egger, 2020).

A partir de meados da década de 1990, a imigração em Portugal tornou-se mais diversificada. Houve um aumento significativo de imigrantes da Europa de Leste, particularmente da Ucrânia, que formaram o segundo maior grupo de imigrantes no país. Esses novos imigrantes eram mais qualificados e tinham expectativas mais elevadas de mobilidade profissional. No entanto, enfrentaram grandes dificuldades com o reconhecimento das suas qualificações em Portugal, o que limitou o seu acesso a posições mais qualificadas no mercado de trabalho. Esse grupo de imigrantes dispersou-se por várias regiões do país, ao contrário de grupos anteriores, que se concentravam na Área Metropolitana de Lisboa. (*site Eurocid, 2022*).

Em 1990, o número de estrangeiros em Portugal era de 100.000, predominando os imigrantes africanos dos PALOPs. A estes somaram-se os europeus e os brasileiros, respondendo a diferentes necessidades do mercado laboral. Foi ao longo desta década que os fluxos migratórios tornaram-se mais complexos e começaram a divergir dos anteriores, estabelecendo as bases dos fluxos que caracterizariam o início do novo século. Enquanto os imigrantes de origem africana, de Cabo Verde, Guiné Bissau e Angola, se concentravam no mercado de trabalho pouco qualificado, os europeus concentraram-se no mercado mais qualificado. Quanto aos brasileiros, verifica-se que se no início ocupavam lugares de qualificação alta e intermédia, passaram ao longo da década a ocupar postos de trabalho de menor qualificação, processo denominado de proletarização. Neste sentido os brasileiros imigrantes em Portugal foram sempre um grupo atípico por estar representado nas profissões e ocupações de alta, média e baixa qualificação. A situação portuguesa diferencia-se da do resto dos países do sul da Europa. No momento da entrada na CEE, Portugal precisou tanto de mão-de-obra qualificada como não qualificada, devido ao deficiente sistema educativo português e à emigração para os países da Europa do Norte e central dos portugueses menos qualificados. Na prática, a chegada dos profissionais brasileiros no início de 1990 foi absorvida em vários sectores da economia (dentistas, publicistas, especialistas de marketing e informáticos), estendendo-se a outros sectores de menor qualificação. Quanto aos imigrantes dos PALOPs estes vieram a substituir os emigrantes portugueses, concentrando-se no sector da construção civil caracterizado pelas condições de trabalho muito precárias.

Além das barreiras no reconhecimento das qualificações, os imigrantes em Portugal enfrentam desigualdades salariais em comparação com os trabalhadores nativos.

Imigrantes altamente qualificados, especialmente os vindos de fora da união Europeia, tendem a receber salários significativamente mais baixos do que os portugueses. Por outro lado, imigrantes de países como os Estados Unidos da América e da UE tendem a receber salários mais elevados, revelando um padrão de discriminação salarial baseado na nacionalidade. Essa diferença pode variar entre 1% e 50% a menos para imigrantes não europeus e entre 48% e 124% mais para os de origem norte-americana ou da UE (Gelan, 2023). Contudo, a receção de imigrantes qualificados, consequência do “*brain drain*”, ou “fuga de cérebros” torna-se uma enorme vantagem para o país que os recebe. Gibson e McKenzie (2010) mostram que quem mais beneficia desta imigração qualificada são os cidadãos dos próprios países onde esta se verifica uma vez que ao interagirem com estes imigrantes de alta qualificação captam novos métodos de aprendizagem e novas metodologias de trabalho predominando, assim, uma transferência de conhecimentos (Alexandra, 2014).

O debate público sobre a imigração é muitas vezes dominado pela dimensão das competências: embora a imigração altamente qualificada seja largamente vista como benéfica e promotora do crescimento para os países de acolhimento, as coisas são muito mais controversas no caso da imigração pouco qualificada (Padilla & Ortiz, a. (n.d.)

No que respeita às políticas empreendidas, o governo português começou a desenvolver iniciativas para atrair e reter imigrantes qualificados, embora nem sempre houvesse um seguimento efetivo sobre como esses profissionais eram integrados ou se estavam sendo subutilizados no país. Muitos desses imigrantes, apesar de suas qualificações, acabam trabalhando em funções abaixo de seu nível educacional, o que gera preocupação sobre o aproveitamento real de seus talentos (Bisarro, 2018).

Os estudantes estrangeiros são outra fonte de imigração qualificada, embora com atraso na entrada no mercado de trabalho. Atraí-los e retê-los faz parte da competição global por talentos. A imigração será, sem dúvida, uma das questões de política pública mais importantes nos próximos anos e décadas, moldando as sociedades em termos económicos, sociais e políticos. (Glitz e Rapoport, 2024).

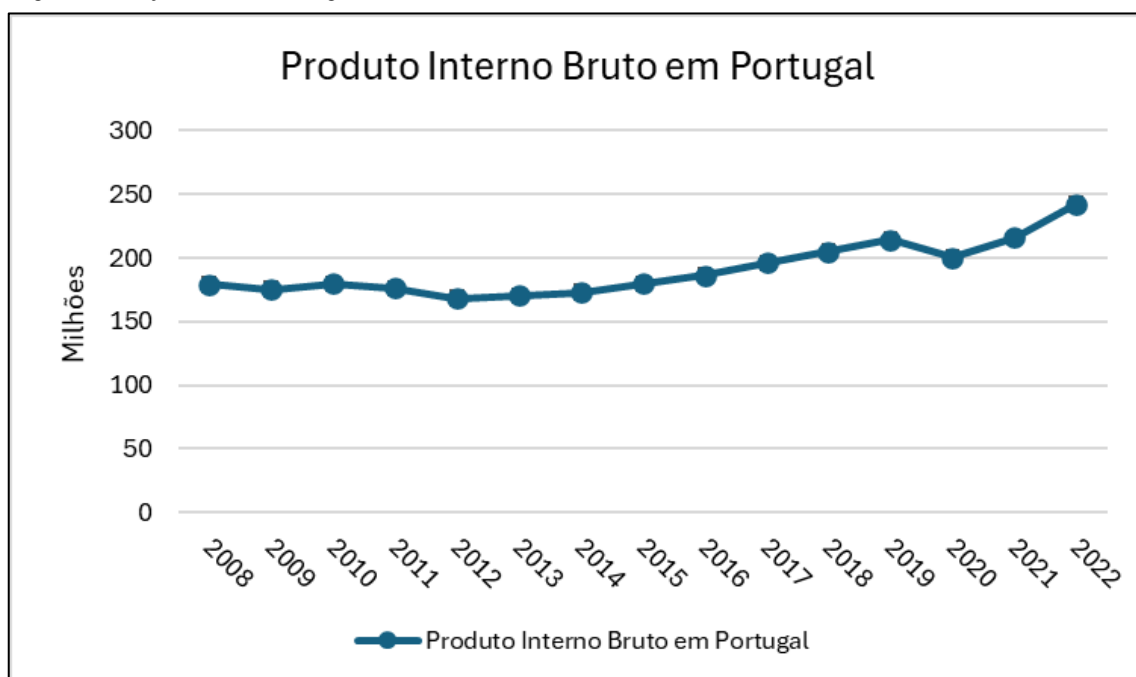
CAPÍTULO III – CONTEXTUALIZAÇÃO

As tabelas apresentadas a seguir têm como objetivo fornecer uma visão detalhada dos principais indicadores económicos e sociais ao longo dos anos, a fim de permitir uma análise aprofundada sobre o desempenho económico e a dinâmica do mercado de trabalho. Três variáveis essenciais foram consideradas: o Produto Interno Bruto (PIB), a taxa de desemprego e a população ativa por sexo. Esses dados são fundamentais para entender a evolução da economia e as características da força de trabalho no país.

3.1. Produto Interno Bruto ao longo dos anos

A figura seguinte, de autoria própria, apresenta a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) de Portugal entre 2008 e 2022, representado em milhões de euros. Esta análise permite compreender as dinâmicas económicas do país, destacando os momentos de estabilidade, crise e recuperação que marcaram a economia portuguesa. Assim, é possível observar as principais tendências de crescimento económico e as flutuações associadas a fatores internos e externos que influenciaram o desempenho do PIB ao longo dos anos.

Figura 1. Evolução do PIB em Portugal 2008-2022



Fonte: Elaborado pela autora.

É possível verificar ainda que, durante o período de 2008 a 2014 o PIB português apresenta uma tendência de estabilidade, com alguns períodos de ligeira queda. Isto reflete os efeitos da crise financeira de 2008 e a subsequente crise da dívida na zona euro, que impactaram negativamente a economia portuguesa, resultando numa estagnação do crescimento económico. Por outro lado, após o ano 2014 até 2019, observa-se uma recuperação gradual do PIB, indicando uma fase de crescimento económico mais robusto que coincide com a implementação de políticas de austeridade e reformas estruturais, que contribuíram para a recuperação da economia portuguesa. No entanto, no ano de 2020 nota-se uma queda no PIB, associada ao impacto económico causado pela pandemia de COVID-19, que afetou significativamente a atividade económica em Portugal e no mundo. Após o declínio observado em 2020, o PIB volta a crescer de forma mais acentuada nos anos seguintes, sugerindo uma recuperação económica pós-pandémica, com a retomada das atividades e a adaptação às novas condições económicas.

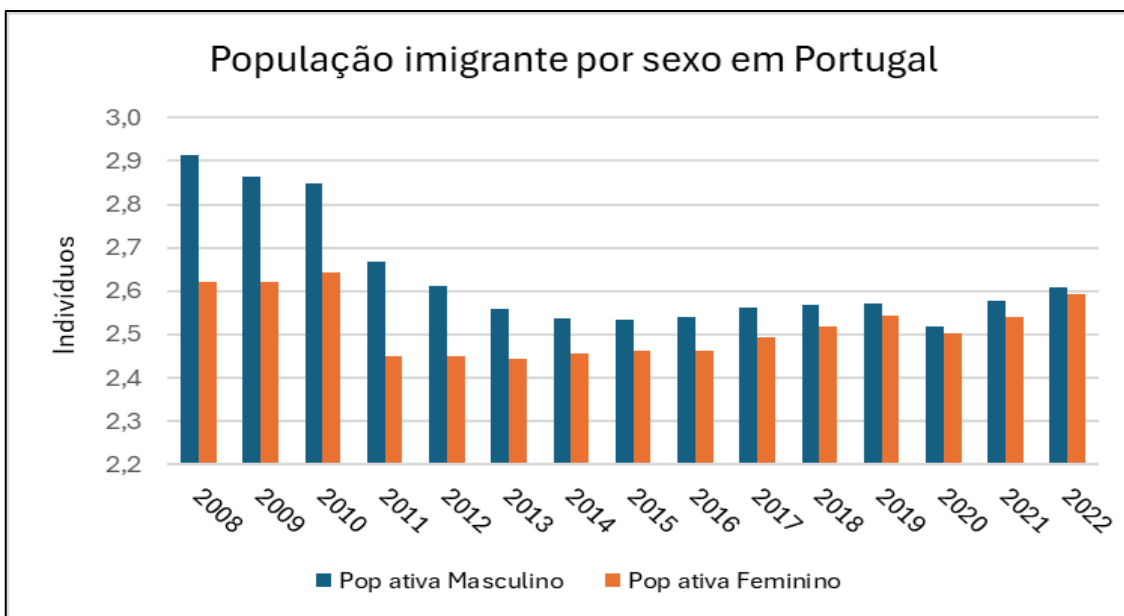
Assim esta análise revela uma trajetória de crescimento do PIB, com algumas oscilações ao longo do período. Observa-se que, após uma fase de relativa estabilidade e ligeira contração, especialmente visível durante o período de crise económica, o PIB começou a crescer de forma mais acentuada a partir de 2015. Este crescimento parece ser impulsionado por fatores como a recuperação económica global, o aumento do investimento, e a melhoria das condições internas, incluindo o fortalecimento do mercado de trabalho e do consumo interno. A tendência de crescimento que se acentua nos anos recentes, culminando em um pico em 2022, indica um fortalecimento da economia portuguesa, que conseguiu não só recuperar das crises anteriores, mas também expandir-se de forma significativa, refletindo uma adaptação bem-sucedida aos desafios económicos e uma integração competitiva no contexto europeu.

3.2. População ativa por sexo

A Figura 2 apresenta uma análise detalhada da evolução da população ativa imigrante em Portugal ao longo do período de 2008 a 2022, segmentada por género. A divisão por sexo permite observar as variações e a participação relativa de homens e mulheres no mercado de trabalho durante esses anos. Deste modo, ao analisar esses dados,

é possível identificar tendências e padrões que refletem as dinâmicas da força de trabalho imigrante em Portugal.

Figura 2. Evolução da população ativa imigrante por sexo e total em Portugal



Fonte: Elaborado pela autora.

No que diz respeito à população ativa masculina e feminina observa-se uma consistência na distribuição. Embora a população ativa masculina seja ligeiramente superior à feminina, a diferença entre os dois grupos é relativamente estável ao longo do período analisado. No que diz respeito à tendência ao longo do tempo, o gráfico indica que não houve mudanças drásticas na composição da população ativa imigrante ao longo dos anos dado que número de indivíduos tanto na população masculina quanto na feminina, bem como no total, mantém-se relativamente constante.

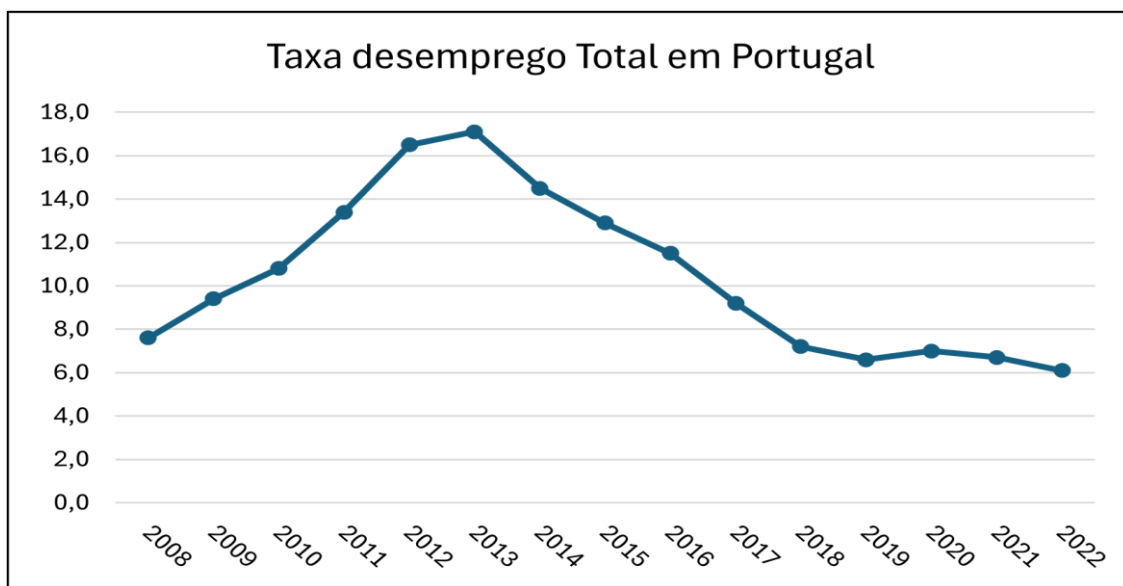
Em resumo, a análise dos dados sobre a população ativa imigrante em Portugal, segmentada por género ao longo de 2008 a 2022, revela importantes tendências no mercado de trabalho. Observa-se uma estabilidade relativa na participação dos imigrantes, com ligeiras variações ao longo dos anos, indicando uma resiliência dessa força de trabalho perante as flutuações económicas. A distribuição por género mostra que, embora haja uma predominância masculina, a participação feminina também é significativa e constante, refletindo a crescente inserção das mulheres imigrantes em setores específicos do mercado de trabalho português. Esses dados sugerem que a população imigrante desempenha um papel crucial na sustentação de várias áreas da economia, e a manutenção de uma força de trabalho ativa, diversificada e integrada pode

ser essencial para o desenvolvimento económico contínuo do país. Além disso, a consistência na participação dos imigrantes no mercado de trabalho ao longo dos anos aponta para uma demanda constante por mão de obra imigrante, o que pode estar relacionado à segmentação do mercado de trabalho, onde os imigrantes frequentemente ocupam posições que os trabalhadores nativos evitam.

3.3. Taxa de desemprego em Portugal

A Figura 3 ilustra a evolução da taxa de desemprego em Portugal entre 2008 e 2022, capturando as principais variações ao longo do período. A análise dos dados permite entender melhor as flutuações no mercado de trabalho português, refletindo tanto os impactos de crises económicas como os momentos de recuperação. Ao observar a trajetória da taxa de desemprego, é possível identificar as tendências e os fatores que influenciaram o emprego em Portugal durante esses anos.

Figura 3. Evolução da taxa de desemprego total em Portugal de 2008 - 2022



Fonte: Elaborado pela autora.

No início do período, observa-se uma tendência de aumento no desemprego, que atinge seu pico em 2013, ultrapassando os 16%. Esse aumento reflete o impacto do contexto económico global e as dificuldades enfrentadas pela economia portuguesa durante esse período, com a crise da dívida soberana. A partir de 2014, a taxa de desemprego começa a cair de forma gradual, indicando uma recuperação económica e a

melhora nas condições do mercado de trabalho. Essa tendência de queda se mantém nos anos seguintes, com a taxa de desemprego chegando a níveis mais baixos em 2022, em torno de 6%, sugerindo uma estabilização no mercado de trabalho.

Portanto, esta análise destaca dois momentos distintos: um período de aumento acentuado do desemprego devido à crise, seguido por uma fase de recuperação e redução gradual da taxa de desemprego.

Em suma, os dados mostram claramente como a economia de Portugal sofreu um grande impacto durante a crise financeira global e a crise da dívida soberana, que se reflete no aumento acentuado da taxa de desemprego e no crescimento nulo do PIB. No entanto, a partir de 2014, o país iniciou uma recuperação económica notável, com o PIB crescendo consistentemente e o desemprego diminuindo significativamente. Observa-se distintamente que o impacto da crise económica na taxa de desemprego aquando da crise da económica é muito superior ao da crise pandémica. O papel estável da população ativa imigrante ao longo deste período sugere que, mesmo em tempos de crise, os imigrantes desempenharam um papel essencial no mercado de trabalho.

O crescimento recente do PIB combinado com a queda do desemprego indica que a economia portuguesa não só se recuperou das crises anteriores, mas também se fortaleceu, resultando numa recuperação sustentável até 2022.

CAPÍTULO IV – METODOLOGIA

4.1. Análise do Setor

Nos últimos anos, a área da imigração tem vindo a desempenhar um papel significativo no crescimento económico em Portugal, tanto no contexto demográfico como económico, contribuindo não só para o mercado de trabalho como também para o consumo interno e a inovação.

Deste modo, o objetivo deste estudo é entender como a imigração afeta o crescimento económico e o mercado de trabalho em um determinado país ou região. Para isso, serão analisadas três variáveis principais: o PIB, como indicador de crescimento económico; a taxa de desemprego, como indicador do mercado de trabalho; e o número de imigrantes, que representa o fluxo e a presença de imigrantes na economia.

4.2. Dados

A fim de analisar a imigração, e tendo em conta a metodologia utilizada, foram recolhidos dados no site PORDATA. O período escolhido foi a partir de 2009 até 2023, uma vez que foi os anos que se conseguiu obter os dados em todas as variáveis. O *software* utilizado foi o STATA, fornecido pelo orientador Francisco Silva.

Para entender as interações entre o número de imigrantes (*LnImigrantes*), o PIB (*LnPIB*) e a taxa de desemprego (*LnTxDesemprego*) ao longo do tempo, empregamos um modelo de Regressão Vetorial Autorregressiva (VAR). Esta metodologia é adequada para capturar a dinâmica temporal entre múltiplas séries temporais e avaliar como cada variável é influenciada pelas suas próprias defasagens e pelas defasagens das outras variáveis no sistema.

O uso do modelo VAR é justificado pela necessidade de capturar as relações dinâmicas e simultâneas entre as variáveis económicas. O modelo VAR é amplamente utilizado em econometria e finanças para analisar a interdependência entre variáveis económicas e prever seus comportamentos futuros. A escolha do período de 2009 a 2023 permite uma análise abrangente dos impactos económicos recentes, enquanto a seleção de defasagens adequadas garante que o modelo seja robusto e confiável. A análise de significância estatística e a interpretação cuidadosa dos coeficientes asseguram que as conclusões sejam baseadas em evidências sólidas.

4.3. Passos da Análise

4.3.1. Definição da Amostra:

A amostra utilizada na análise compreende o período de 2009 a 2023, resultando em 15 observações anuais para cada uma das variáveis estudadas: número de imigrantes (*LnImigrantes*), PIB (*LnPIB*) e taxa de desemprego (*LnTxDesemprego*).

4.3.2. Especificação do Modelo VAR:

Construímos um modelo VAR com as três variáveis mencionadas. O número de defasamentos (*lags*) foi determinado com base em critérios de informação, tais como AIC, HQIC e SBIC, que ajudam a balancear a complexidade do modelo com a adequação ao conjunto de dados.

4.4. Teste de Significância e Justificativa da Metodologia

Avaliamos a significância estatística dos coeficientes estimados utilizando testes de hipótese. Os coeficientes com p-valores menores que 0.05 foram considerados estatisticamente significativos, indicando uma influência relevante das variáveis defasadas sobre as variáveis dependentes.

O uso do modelo VAR é justificado pela necessidade de capturar as relações dinâmicas e simultâneas entre variáveis económicas. A análise de um período de 2009 a 2023, permite uma compreensão detalhada dos impactos económicos derivados da crise global, da crise da dívida soberana e da crise pandémica Covid-19. A escolha apropriada de defasamentos assegura que o modelo seja robusto e confiável. A significância estatística e a interpretação detalhada dos coeficientes garantem que as conclusões sejam baseadas em dados sólidos.

4.5. Modelo Estatístico e Hipóteses

O modelo Regressão Vetorial Autorregressiva (VAR), uma técnica que modela as relações entre múltiplas séries temporais, considerando que o valor de cada variável é explicado pelos valores passados dela mesma e das outras variáveis do sistema.

De forma geral, o modelo VAR(p) pode ser representado como:

$$Y_t = A_1 Y_{t-1} + A_2 Y_{t-2} + \dots + A_p Y_{t-p} + \epsilon_t \quad (1)$$

Onde:

- Y_t é um vetor com as variáveis dependentes no tempo t .
- A_1, A_2, \dots, A_p são matrizes de coeficientes para cada defasagem p .
- ϵ_t é o vetor de erros aleatórios.

Para este caso específico, o modelo tem 3 variáveis: LnImigrantes, LnPIB e LnTxDesemprego, e considera uma defasagem $p=1$ (ou seja, valores defasados em um período).

Deste modo, as equações estimadas no VAR com $p = 1$ são:

1. Equação para LnImigrantes t :

$$\begin{aligned} \text{LnImigrantes}_t = & 1.207862 \times \text{LnImigrantes}_{t-1} - 0.1417841 \times \\ & \text{LnPIB}_{t-1} + 0.2711463 \times \text{LnTxdesemprego}_{t-1} + \epsilon_{1t} \end{aligned} \quad (2)$$

2. Equação para LnPIB t :

$$\begin{aligned} \text{LnPIB}_t = & 0.0865603 \times \text{LnImigrantes}_{t-1} + 0.9410164 \times \\ & \text{LnPIB}_{t-1} + 0.101392 \times \text{LnTxdesemprego}_{t-1} + \epsilon_{2t} \end{aligned} \quad (3)$$

3. Equação para LnTxDesemprego t :

$$\begin{aligned} \text{LnTxDesemprego}_t = & -0.3054268 \times \text{LnImigrantes}_{t-1} + \\ & 0.2361584 \times \text{LnPIB}_{t-1} + 0.4444519 \times \text{LnTxdesemprego}_{t-1} + \epsilon_{3t} \end{aligned} \quad (4)$$

Assim, deduziu-se as seguintes hipóteses:

H₁: O número de imigrantes depende do PIB e da taxa de desemprego.

H₂: O PIB depende do número de imigrantes e da taxa de desemprego.

H₃: A taxa de desemprego depende do PIB e do número de imigrantes.

CAPÍTULO V – RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados e interpretados os valores resultantes do modelo VAR utilizado.

5.1. Análise dos resultados

O modelo VAR foi construído para capturar a interdependência entre as variáveis. O número de defasagens (lags) foi selecionado utilizando critérios de informação como AIC (*Akaike Information Criterion*), HQIC (*Hannan-Quinn Information Criterion*), e SBIC (*Schwarz Bayesian Information Criterion*). Estes critérios ajudam a balancear a precisão do modelo com a simplicidade, evitando o excesso de ajuste (*overfitting*). Através do modelo mencionado acima foi possível construir a seguinte tabela:

Tabela 1. Resultados do teste VAR

Vector Autoregressivo						
Amostra: 2009 até 2023			Número de observações = 15			
Log verosimilhança = 46,26291			AIC = - 4,968389			
FPE = 1,42e - 06			HQIC = - 4,972914			
Det (Sigma ml) = 4,20e - 07			SBIC = - 4,543558			
Equação	Parms	RMSE	R - sq	Qui2	P > Qui2	
LnImigrantes	3	0,288349	0,9994	26120,65	0,000	
LnPIB	3	0,043558	1,000	3600840	0,000	
LnTxDesemprego	3	0,137525	0,9971	5242,834	0,000	
	Coeficiente	Std. Err.	z	P > z	[95% conf. Interval]	
LnImigrantes						
LnImigrantes L1.	1,207862	0,238322	5,07	0,000	0,7407592	1,674964
LnPIB L1.	-0,1417841	0,1802466	-0,79	0,432	-0,495061	0,2114928
LnTxDesemprego L1.	0,2711463	0,4281854	0,63	0,527	-0,5680817	1,110374
LnPIB						
LnImigrantes L1.	0,0865603	0,0360006	2,4	0,016	0,0160004	0,1571201
LnPIB L1.	0,9410164	0,00272278	34,56	0,000	0,8876509	0,994382
LnTxDesemprego L1.	0,101392	0,0646811	1,57	0,117	-0,0253806	0,2281646
LnTxDesemprego						
LnImigrantes L1.	-0,3054268	0,1136654	-2,69	0,007	-0,5282069	-0,0826467
LnPIB L1.	0,2361584	0,0859669	2,75	0,006	0,676663	0,4046504
LnTxDesemprego L1.	0,4444519	0,2042189	2,18	0,03	0,0441902	0,8447137

Fonte: Elaborado pela autora.

5.2. Interpretação dos Resultados

Utilizando um modelo de vetores autorregressivos (VAR), examinamos as relações entre o número de imigrantes (LnImigrantes), o PIB (LnPIB) e a taxa de desemprego (LnTxDesemprego) ao longo do período de 2009 a 2023.

Assim, é possível concluir que um aumento no número de imigrantes tende a impulsionar o PIB no período subsequente, conforme evidenciado pelo coeficiente positivo e significativo (0.0865603). Além disso, um maior número de imigrantes reduz a taxa de desemprego no período seguinte, com o coeficiente negativo (-0.3054268), sugerindo que os imigrantes podem complementar a força de trabalho local e gerar maior procura por empregos. Ao contrário do que algumas teorias sugerem, o modelo mostra que um aumento na imigração no passado está associado a uma redução na taxa de

desemprego atual. Isso indica que os imigrantes podem complementar a mão-de-obra existente, criando assim oportunidades de emprego e não competindo diretamente pelos mesmos postos.

No que diz respeito à correlação, as três variáveis exibem autocorrelação significativa, ou seja, os valores passados de imigração, PIB e taxa de desemprego influenciam fortemente seus valores presentes. Isso é evidenciado pelos altos coeficientes nas equações de LnImigrantes , LnPIB e LnTxDesemprego , demonstrando que as séries temporais tendem a manter seus padrões ao longo do tempo.

Por outro lado, no que diz respeito ao efeito do PIB sobre o desemprego, o PIB defasado tem um impacto positivo sobre o desemprego atual (0.2361584), o que pode parecer paradoxal. No entanto, pode ser explicado por fatores como o aumento da participação no mercado de trabalho durante períodos de crescimento econômico ou a substituição de trabalhadores por capital. No que diz respeito à imigração, o PIB defasado não influencia diretamente o número de imigrantes, indicando que o crescimento econômico passado não afeta significativamente os fluxos migratórios, possivelmente devido à predominância de outros fatores, como políticas governamentais de imigração.

Assim, a imigração contribui positivamente para a economia, pois aumenta o PIB e reduz o desemprego no período subsequente, há uma forte inércia nas três variáveis, com os valores passados influenciando fortemente os valores atuais e o PIB parece estar desconectado diretamente da imigração, mas tem uma relação positiva com o desemprego no período seguinte.

CAPÍTULO VI – CONCLUSÃO

Esta dissertação investigou as interações entre o número de imigrantes (LnImigrantes), o PIB (LnPIB) e a taxa de desemprego (LnTxDesemprego) no período de 2009 a 2023 utilizando um modelo de Vetores Autorregressivos (VAR). Os resultados obtidos oferecem importantes insights sobre a dinâmica entre estas variáveis económicas e suas implicações para a formulação de políticas públicas.

A análise revelou que o número de imigrantes tem uma influência positiva e significativa sobre o PIB e sugere que a imigração contribui para o crescimento económico, possivelmente através do aumento da força de trabalho e da diversidade de habilidades que os imigrantes trazem. Observou-se também que um aumento no número de imigrantes está associado a uma redução na taxa de desemprego. Este resultado indica que a imigração pode ajudar a absorver a procura por trabalho, reduzir pressões no mercado de trabalho e melhorar as condições de emprego. Dito isto, e contrariamente às expectativas tradicionais, o aumento do PIB está associado a um aumento da taxa de emprego. Este resultado pode refletir uma série de fatores, incluindo a entrada de mais pessoas no mercado de trabalho à medida que a economia cresce ou a criação de novos empregos que ainda não foram completamente preenchidos.

No que diz respeito à autocorrelação todas as variáveis demonstraram uma forte autocorrelação, indicando que os valores passados influenciam significativamente os valores presentes. Este padrão destaca a importância de considerar as tendências históricas ao fazer previsões e ao formular políticas.

É de salientar também que a pesquisa tem importantes implicações para a política económica e social uma vez que dada a contribuição positiva dos imigrantes para o PIB e a redução da taxa de desemprego, as políticas que incentivem a imigração podem ser benéficas para a economia. É crucial que essas políticas sejam acompanhadas de medidas de integração para maximizar os benefícios económicos e sociais da imigração. Já no que diz respeito ao crescimento económico e ao emprego a relação entre o PIB e a taxa de desemprego sugerem que o crescimento económico deve ser acompanhado por políticas que facilitem a transição de trabalhadores para novos empregos, garantindo que o crescimento seja inclusivo e sustentável.

Assim sendo, esta dissertação reforça a importância de adotar uma abordagem integrada ao analisar questões económicas complexas. Assim, no contexto deste modelo e dados,

pode-se concluir que a imigração tem efeitos positivos sobre o desempenho económico (aumento do PIB e redução do desemprego), desafiando potenciais preocupações sobre um impacto negativo da imigração no mercado de trabalho.

Estudos futuros podem ampliar esta análise, explorando outros fatores que possam influenciar estas relações e oferecendo uma visão ainda mais abrangente das dinâmicas económicas em jogo.

REFERÊNCIAS

- Alexandra, I., Arede, s., doutora, p., & simões, m. (2014). Migrações internacionais e desempenho macroeconómico: uma análise exploratória do caso português.
- Azevedo, L. (2022). Este país é para velhos? Migrações e envelhecimento em Portugal. Fórum sociológico, 40. <https://doi.org/10.4000/sociologico.10567>
- Bisarro Loureiro, V. (2018). Diferencial de rendimentos dos imigrantes brasileiros de acordo com sua origem: um estudo dos fluxos migratórios para as regiões sudeste, norte e centro-oeste
- Borrego, B. (2016). Demographics of immigration in Portugal support for and opposition to immigration in Portugal in a comparative perspective.
- Carvalho, P. (2022, 21 de fevereiro). Contribuições de imigrantes batem recorde em 2021: foram mais de 1200 milhões de euros. Jornal O Público. Contribuições de imigrantes batem recorde em 2021: foram mais de 1200 milhões de euros
- Edo, A., & Özgüzel, C. (2023). The impact of immigration on the employment dynamics of european regions. Labour economics, 85. <https://doi.org/10.1016/j.labeco.2023.102433>
- Egger, P. H., Ehrlich, M. V., & nelson, d. R. (2020). The trade effects of skilled versus unskilled migration. Journal of comparative economics, 48(2), 448–464. <https://doi.org/10.1016/j.jce.2019.12.008>.
- Esposito, P., Collignon, s., & scicchitano, s. (2020). The effect of immigration on unemployment in Europe: does the core-periphery dualism matter? Economic modelling, 84, 249–258. <https://doi.org/10.1016/j.econmod.2019.04.014>
- Faria, N. (2023, 2 de fevereiro). Portugal está a envelhecer a um ritmo mais acelerado do que restantes países europeus. Jornal O Público [Portugal está a envelhecer a um ritmo mais acelerado do que restantes países europeus | União Europeia | PÚBLICO \(publico.pt\)](https://www.publico.pt)
- Gelan, A., Al-shamali, s., & Awadh, W. (2023). Economic and welfare effects of immigration policy: lessons from the experience of Kuwait. Journal of policy modeling, 45(5), 1015–1035. <https://doi.org/10.1016/j.jpolmod.2023.06.006>
- Glitz, A., & Rapoport, h. (2024). Introduction to the labour economics special issue on immigration economics. Labour economics, 87. <https://doi.org/10.1016/j.labeco.2024.102513>
- Groeger, A., león-ciliotta, g., & stillman, s. (2024). Immigration, labour markets and discrimination: evidence from the Venezuelan exodus in Perú. World development, 174. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2023.106437>
- Legrain, Philippe. (2007). Immigrants your country needs them. Princeton University Press.

- Oliveira, C. R. (2018). Indicadores de integração de imigrantes relatório estatístico anual 2023.
- Padilla, B., & Ortiz, a. (2012). Fluxos migratórios em Portugal: do boom migratório à desaceleração no contexto de crise. Balanços e desafios. In rev. Inter. Mob. Hum (vol. 39).
- Peixoto, J. (2008). Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências recentes immigration and the labour market in Portugal: research and recent trends.
- Peri, G. (2016). Immigrants, productivity, and labour markets. In *Journal of Economic Perspectives* (Vol. 30, Issue 4, pp. 3–30). American Economic Association. <https://doi.org/10.1257/jep.30.4.3>
- P. Huntington, S. (2004). Who Are We? The Challenges to America's National Identity.

UNIVERSIDADE DOS AÇORES
Faculdade de Economia e Gestão

Rua da Mãe de Deus
9500-321 Ponta Delgada
Açores, Portugal



DM

Imigração e Crescimento Económico em Portugal

Daniela Farias Oliveira